

SITUAÇÃO VACINAL DAS CRIANÇAS DO ESTADO DE GOIÁS

Ruth Minamisava Faria, Lourdes Maria Silva Andraus, Claci Fátima Weirich Rosso, Maria Alves Barbosa*

FARIA, R.M.; ANDRAUS, L.M.S.; ROSSO, C.F.W.; BARBOSA, M.A. - Situação vacinal das crianças do Estado de Goiás. *Revista Eletrônica de Enfermagem* (online), Goiânia, v.1, n.1, out-dez. 1999. Disponível: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/index>

RESUMO: O governo do Estado de Goiás implantou o Programa de Apoio às Famílias Carentes (PAFC) que atende cerca de 160.000 famílias, as quais recebem mensalmente uma cesta de alimentos, além de outros benefícios. Neste estudo investigamos o estado vacinal das crianças de até 6 anos de idade das famílias inscritas no PAFC. Os dados foram coletados pelas autoras e por auxiliares de pesquisa treinados para este fim, no período de agosto a novembro de 1997. Foram avaliados 1265 cartões das crianças, sendo 429 da capital e 836 de municípios do interior. Constatamos que 91,23% delas estavam com o esquema vacinal atualizado. Concluímos que a oferta da cesta básica, condicionada à exibição do cartão da criança pode ter contribuído com as metas do programa de imunização.

Unitermos: vacina, imunização, criança.

SUMMARY: The government of Goiás settled a Support Program of Needy Families (PAFC), that assists nearly 160,000 families, which receive food monthly and other benefits. On this study we investigated the vaccination of children under 6 years old of the families registered in PAFC. The data were collected by the authors and for research assistants for this end, in the period of August to November of 1997. 1265 children's appraised cards were investigated, being 429 of the Goiânia city and 836 of other districts. 91,23% of all children were vaccinated according to the recommendations of Ministry of Health. We concluded that the offer of the food basket, conditioned to the exhibition of the child's card can have been contributing with the goals of the immunization program.

Keywords: vaccination, child, immunization.

INTRODUÇÃO

No Brasil, como em muitos outros países subdesenvolvidos, ainda é bastante elevada a taxa de morbidade e mortalidade por doenças imunopreveníveis.

Mesmo que dados estatísticos mostrem que as coberturas vacinais estejam aumentando, sabe-se que, existem bolsões de baixa cobertura vacinal em muitas regiões do país, em áreas rurais, nas periferias de grandes cidades, tornando assim um grande grupo da população, em especial as crianças de 0 à 6 anos de idade, suscetíveis às doenças imunopreveníveis. Como agravante para esta situação temos as questões sócio-econômicas e culturais, como por exemplo a baixa renda salarial e a desnutrição que potencializam o risco de morte e ou seqüela por doenças infecto-contagiosas (MENEGHEL E DANILEVICZ, 1996).

No Brasil, o objetivo prioritário do Programa Nacional de Imunização (PNI) é contribuir para o controle ou erradicação da poliomielite, do sarampo, da difteria, do tétano e da coqueluche e, subsidiariamente, da tuberculose, mediante a imunização sistemática da população exposta a essas doenças.

Coordena, também, a utilização e o suprimento de alguns imunobiológicos indicados para situações ou para grupos populacionais específicos.

No âmbito internacional, o PNI é parte integrante do Programa Ampliado de Imunizações (PAI), da Organização Pan-Americana da Saúde, ajustando-se, assim, aos seus objetivos e diretrizes técnicas de atuação. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) participa também do Programa com apoio técnico, operacional e financeiro. No âmbito das unidades federadas, as Secretarias Estaduais de Saúde são responsáveis pela coordenação do Programa, executando a programação estadual, a operacionalização, a supervisão e a avaliação das atividades, em articulação com as Secretarias Municipais de Saúde e com as demais instituições envolvidas com as ações de imunização. (SES/SC, 1996)

Entendemos também que a cobertura vacinal é um indicador de saúde relevante, pois o PNI vem buscando através dos serviços de saúde permanentes e das Campanhas Nacionais de Vacinação, atingir seu objetivo que é de vacinar 100% das crianças de 0 à 6 anos, para o controle de algumas doenças imunopreveníveis e a erradicação de outras, no território nacional.

O PNI estabelece como prioridade a administração de quatro vacinas no primeiro ano de vida: vacina contra poliomielite, contra difteria, tétano e coqueluche, contra sarampo e contra tuberculose. Em algumas regiões do país faz parte do esquema básico, dependendo da situação epidemiológica, as vacinas contra hepatite B, contra febre amarela, contra caxumba e rubéola.

O Ministério da Saúde (1994), refere que o desempenho de um programa de imunização eficiente e eficaz pressupõe a organização dos serviços de saúde, a seleção da estratégia de vacinação apropriada e o envolvimento da comunidade nessa atividade.

O atual Governo do Estado de Goiás, em 1995, iniciou o Projeto Solidariedade e Saúde – PSS cujo objetivo é promover a melhoria das condições de saúde das famílias carentes quanto aos aspectos relacionados com a redução da mortalidade infantil, cobertura vacinal, ações básicas de atenção à saúde da mulher e criança, bem como, fortalecer as atividades dos agentes de saúde e a integração com os Sistema de Vigilância Alimentar, Nutricional, Epidemiológica e Saneamento Ambiental.

Nesse Projeto está inserido o Programa de Apoio à Família Carente (PAFC) cujos objetivos incluem a distribuição de cestas de alimentação e de pão e leite, sendo que essas ações são vinculadas estrategicamente a programas regulares de cuidados primários de saúde e de educação básica.

No elenco de atividades desenvolvidas pelo PAFC, prioriza-se quatro atividades fundamentais, sendo os procedimentos de imunização, o primeiro item das atividades de Redução da Mortalidade na Infância.

Após dois anos que o PAFC foi instituído, a Secretaria Especial de Solidariedade Humana do Estado de Goiás se preocupou em fazer um

diagnóstico de saúde e nutrição junto às crianças de 0 à 6 anos de idade, procedentes das famílias inscritas no PAFC.

A Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás, trabalhando em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, participou desse diagnóstico desde a elaboração do projeto até a apresentação de seu relatório final. Dentre outras atividades, realizamos este trabalho com o objetivo de verificar a situação vacinal das crianças de 0 a 6 anos de idade provenientes de famílias inscritas no PAFC – Goiás.

METODOLOGIA

Estudo quantitativo, do tipo exploratório, realizado junto às famílias inscritas no Programa de Apoio às Famílias Carentes do Estado de Goiás. Este Programa abrange 242 (duzentos e quarenta e dois) municípios do Interior do Estado, além da capital, Goiânia.

A amostra foi constituída por cartões das crianças cujas famílias inscritas no PAFC eram procedentes de dez regionais de Goiânia (Regional Sul 2, Norte 1, Sul 1, Mendanha 2, Vale Meia Ponte 2, Noroeste 2, Noroeste 4, Central 1, Oeste 2 e Mendanha 1) e de quarenta e quatro municípios do interior do Estado (Alvorada do Norte, Anápolis, Anicuns, Aparecida de Goiânia, Baliza, Bela Vista de Goiás, Cabeceiras, Caldas Novas, Caldasinha, Campestre de Goiás, Campinorte, Cavalcante, Damianópolis, Divinópolis, Firminópolis, Guarani de Goiás, Hidrolândia, Itaguara, Itajá, Itauçú, Leopoldo de Bulhões, Mambaí, Monte Alegre de Goiás, Mundo Novo, Nerópolis, Nova Roma, Nova Veneza, Padre Bernardo, Palmelo, Paranaiguara, Paraúna, Perolândia, Planaltina, Rio Verde, Santa Barbara, Santo Antônio de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, São Miguel do Passa Quatro, Senador Canedo, Simolândia, Sítio D'abadia, Terezópolis de Goiás, Trindade e Varjão), escolhidos aleatoriamente.

Os dados foram coletados por auxiliares de pesquisa, composto por estudantes dos cursos de graduação em enfermagem e nutrição e técnicos das Secretarias envolvidas, supervisionados pelos coordenadores locais do PACS, técnicos da EMATER (de nível superior) e docentes da UFG, através de formulário (Anexo) devidamente testado.

Os auxiliares de pesquisa e os supervisores receberam treinamento teórico e prático quanto ao Cartão da Criança, com ênfase no esquema vacinal, e preenchimento do instrumento de coleta de dados.

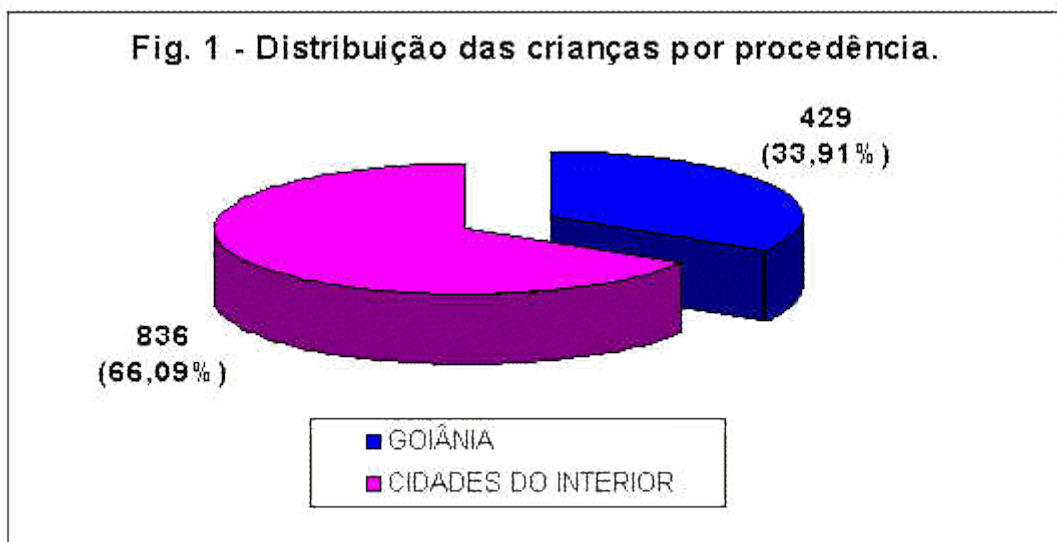
Cada equipe foi composta de, no mínimo, um supervisor e dois auxiliares de pesquisa, que coletaram os dados no período de agosto a novembro de 1997. Sendo que os coordenadores locais do PAFC convocaram todas as famílias da sua regional, inscritas no Programa, para estarem presentes em local pré-estabelecido, levando o Cartão da Criança de todos os filhos menores de 6 anos.

Foram coletados os dados de 3% do total de cartões de cada regional. Todos os cartões foram recolhidos, empilhados e escolhidos aleatoriamente o total de

cartões previamente estipulado, os quais foram utilizados para preenchimento do formulário de coleta de dados.

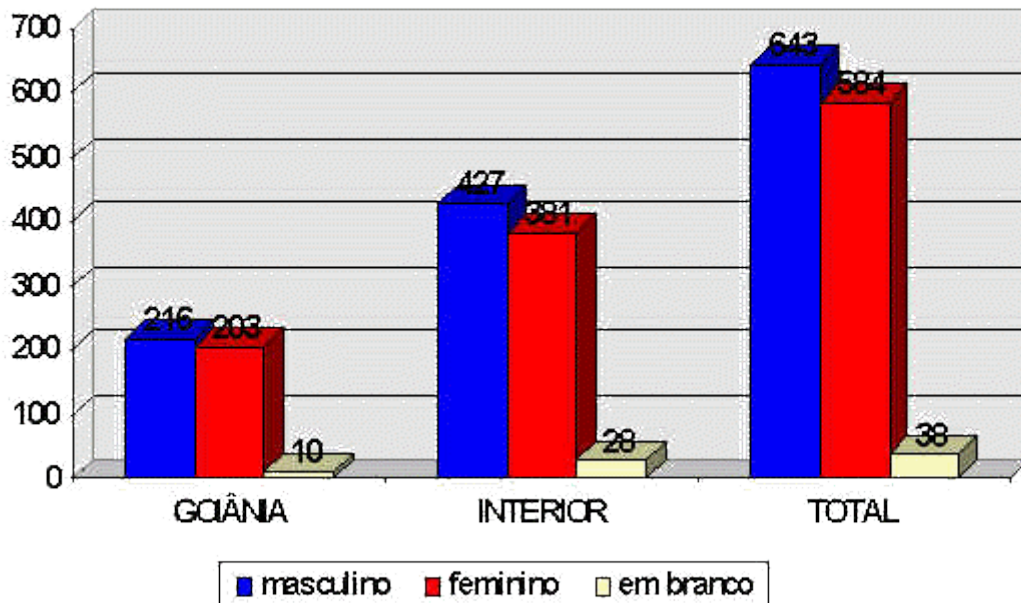
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram estudados 1265 cartões de crianças inscritas no PAFC do Estado de Goiás, distribuídas entre a Capital – Goiânia – e 44 cidades do Interior, sendo que 836 (66,09%) cartões eram de crianças procedentes do Interior do Estado. (Figura 1) e 429 (33,91) da capital.



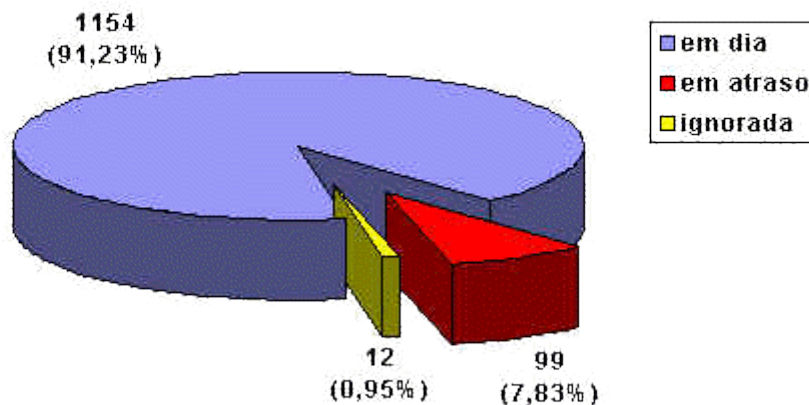
Quanto a procedência e ao sexo das crianças pesquisadas, observou-se que tanto na Capital quanto no Interior prevaleceu o sexo masculino. (Figura 2).

Fig. 2 - Distribuição das crianças por sexo e procedência.



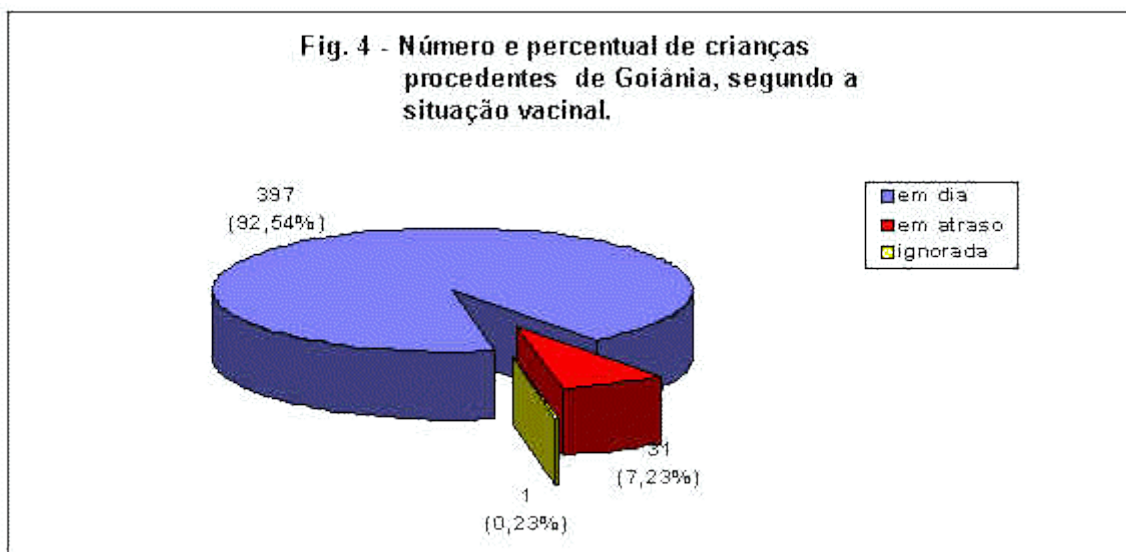
A situação vacinal das crianças estudadas apresentada na **Figura 3**, mostra que a grande maioria (91,23%) está em dia, no que se refere à imunização básica. Vale ressaltar que foram considerados "em dia", todos os cartões que apresentaram o esquema vacinal esperado para a idade. A situação vacinal de crianças com Cartão da Criança em mau estado de conservação ou com anotações duvidosas, foi considerada ignorada e representou 0,95% do total de crianças pesquisadas.

Fig. 3 - Situação vacinal das crianças do Estado de Goiás.

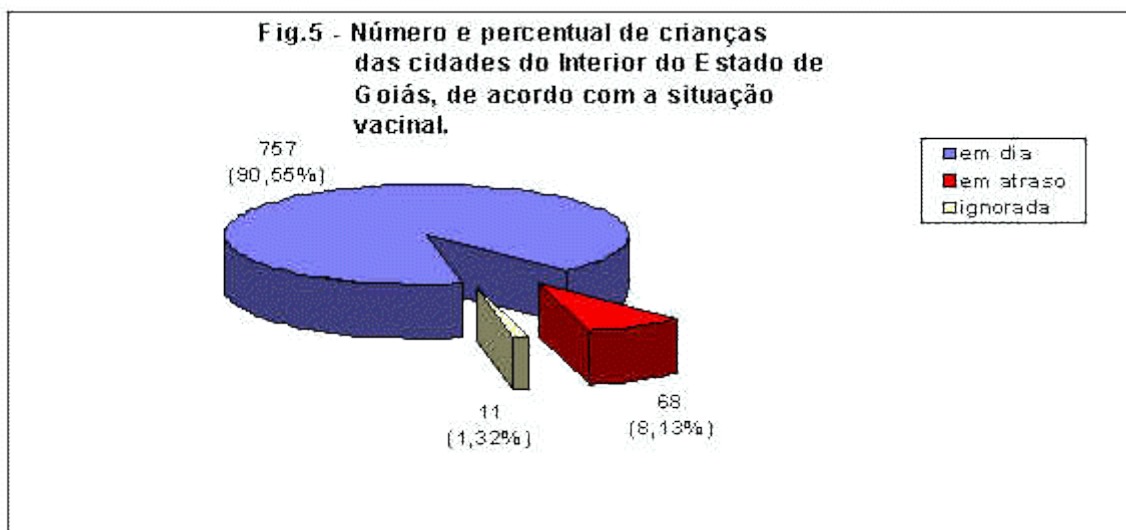


Entre as 1265 crianças pesquisadas, 7,83% estavam com pelo menos uma vacina atrasada.

Sobre o município de Goiânia (**Figura 4**), observou-se que o percentual das crianças com situação vacinal em dia foi de 92,54%, estatisticamente comparável ao dos 44 municípios do Interior do Estado (90,55%) incluídos na pesquisa (**Figura 5**).



Os percentuais de atraso vacinal, se comparados entre a Capital, 7,83%, (**Figura 4**) e os 44 municípios, 8,13%, (**Figura 5**), consideramos muito semelhante, permitindo inferir que a oferta dos serviços de imunização é eqüitativo, porém, em nenhum dos casos atinge o que preconiza o Ministério da Saúde que é a cobertura de 100% das crianças no primeiro ano de vida, PNI (1994).



Martins (1996) refere que as causas de não vacinação são múltiplas, e cada causa tem seu peso diferente, conforme cada lugar. As falsas contra-indicações são citadas como exemplos.

Rey citado por Martins (1996) coloca em destaque aspectos importantes da omissão dos profissionais de saúde frente às imunizações. Exemplifica citando que 58% de oportunidades de vacinação foram perdidas em crianças internadas em hospital de referência.

Os dados das **Figuras 4 e 5** revelam que o percentual de crianças em dia com o calendário vacinal procedentes de Goiânia e dos municípios do Interior do Estado pesquisados são positivos, com 92,54% e 90,55% de cobertura respectivamente. Esses percentuais superam a média da cobertura vacinal das crianças da maioria das Regionais de Saúde do Estado de Goiás pesquisadas em 1996, PSS (1997).

É possível que a oferta da cesta básica, condicionada à exibição do Cartão da Criança, pelo PAFC, tenha contribuído de algum modo para manter as crianças em dia com o Programa de Imunização.

Martins (1996) referindo-se à fatos desta natureza diz que "as mães estavam ali, não para vacinar, mas para arranjar a lata de leite ou o vidro de remédio. A vacina é o preço. A fila é a purgação dos pecados".

Seria desejável que todas as mães se conscientizassem da necessidade de levar seus filhos ao serviço de imunização para usufruírem do direito que toda a criança tem de ser vacinada e não como uma condição para receber qualquer benefício.

As **Tabelas 1 e 2** apresentam a cobertura por vacina na Capital e no Interior de Goiás, respectivamente, observando que as crianças que não apresentavam idade para receber determinada vacina foram excluídas do total de crianças pesquisadas para aquela vacina. De acordo com estas duas Tabelas, a frequência das crianças em dia com o calendário vacinal tanto na Capital quanto no Interior é alta, especialmente em relação à BCG. Observou-se, também, elevada cobertura das vacinas Anti-Sarampo, Sabin e DPT, tanto na capital como no Interior do Estado.

A pequena diferença entre as frequências das crianças em dia com o calendário vacinal encontradas na Capital e no Interior pode ser explicada pela melhor oferta e infra-estrutura dos serviços de saúde da Capital.

TABELA 1 Frequência da situação vacinal das crianças de Goiânia por tipo de vacina

Vacina	em dia		em atraso		não consta	
	nº	%	nº	%	nº	%
BCG	424	98.83	4	0.93	1	0.23

SABIN	416	97.65	9	2.11	1	0.31
DPT	413	96.95	12	2.82	1	0.31
AS	400	99.26	2	0.50	1	0.25
Reforço AS	354	96.46	12	3.27	1	0.27
Reforço SABIN	332	97.94	6	1.77	1	0.29
Reforço DPT	331	97.64	7	2.06	1	0.29

Salientamos que, no Brasil, esta situação vacinal pode ser considerada boa, pois as crianças em dia com os reforços das vacinas Sabin (97,94%), Anti-sarampo (96,46%), e a DPT (97,64%), tem percentuais elevados na Capital assim como no Interior: Sabin (98,36%), anti-sarampo (96,82%), e a DPT (97,87%).

Em relação aos atrasos, na Capital foram observados 3,27% em relação ao reforço da Anti-Sarampo seguida do reforço da DPT com 2,06% e, no Interior, o maior percentual de vacinas atrasadas foi com a DPT (4,00%) seguido de Sabin (3,64%). É importante ressaltar que poucos meses antes da coleta de dados, houve falta das vacinas DPT e Anti-Sarampo na rede pública do Estado, mas não da Sabin.

TABELA 2 - Frequência da situação vacinal das crianças das cidades do Interior do Estado de Goiás por tipo de vacina.

Vacina	em dia		em atraso		não consta	
	nº	%	nº	%	nº	%
BCG	808	96.65	16	1.91	11	1.32
SABIN	785	95.15	30	3.64	10	1.21

DPT	782	94.79	33	4.00	10	1.21
AS	726	98.24	13	1.76	10	1.35
Reforço AS	640	96.82	21	3.18	9	1.36
Reforço SABIN	599	98.36	10	1.64	9	1.48
Reforço DPT	596	97.87	13	2.13	9	1.48

CONCLUSÕES

Dentre os cartões pesquisados, a maioria das crianças (91.23 %) está absolutamente em dia com o calendário de vacinação, tanto na Capital quanto no Interior. A maior cobertura, tanto na Capital quanto no interior, é da vacina anti-sarampo (99,26% e 98,24%, respectivamente). Em segundo lugar aparece a vacina BCG, com 98,83% de cobertura na capital e 96,65% no interior.

Sem a pretensão de avaliar o aspecto político do PAFC, que condiciona a entrega da cesta de alimentos à família cujo cartão vacinal das crianças esteja em dia, o estudo revela que a situação vacinal entre crianças da classe social menos favorecida está compatível com os da população goiana em geral, conforme dados de 1996 da Secretaria de Estado da Saúde, PSS (1997).

Por não dispormos deste tipo de dados anteriores ao PAFC na mesma população, somente estudos posteriores poderão confirmar as repercussões positivas ou negativas do Programa em relação à imunização básica.

Concluimos que este diagnóstico da situação vacinal em Goiás é de grande importância no sentido de rever as ações executadas e propor novas estratégias que viabilizem o objetivo do Ministério da Saúde - alcançar 100% de cobertura vacinal no primeiro ano de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GOIÁS, Secretaria Especial de Solidariedade Humana, Secretaria de Estado da Saúde. **Programa de Apoio às Famílias Carentes**. in press, 1997.
2. GOIÁS, Secretaria Especial de Solidariedade Humana, Secretaria de Estado da Saúde. **Projeto Solidariedade e Saúde – PSS**. Goiânia, 1997.
3. MENEGHEL, S. N. ; DANILEVICZ, N. **Imunizações**. In: DUNCAN, B. B. et al, Medicina Ambulatorial: Condutas Clínicas em atenção Primária, 2ª ed., Artes Médicas, Porto Alegre, 1996.
4. MINISTÉRIO DA SAÚDE, Fundação Nacional de Saúde, Programa Nacional

- de Imunizações. **Manual de Normas de Vacinação**. Brasília, 1994.
5. MARTINS, R. M. **Oportunidades perdidas de imunização**. Jornal de Pediatria. Vol. 72, nº 1, Jan/Fev. 1996.
6. SANTA CATARINA, Secretaria Estadual de Saúde. **Planejamento das Atividades de Imunização. Gerência de Imunização – DVE**. <http://www.crsc.fns.ms.gov.br>, webmaster@crsc.fns.ms.gov.br . 14.03.1996.

AUTORES

Ruth Minamisava Faria, Lourdes Maria Silva Andraus, Claci Fátima Weirich Rosso, Maria Alves Barbosa -Docentes da Faculdade de Enfermagem da UFG
[Topo da Página](#)



A Revista Eletrônica de Enfermagem está licenciada sob uma Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional**.

